



INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO DIANTE DO PPP

**BELO HORIZONTE
2011**

CLEIDIANE SOUSA QUIRINO

INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO DIANTE DO PPP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Ms. Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino

BELO HORIZONTE
2011

CLEIDIANE SOUSA QUIRINO

INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO DIANTE DO PPP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Profª Ms. Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, de de 2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me guiado por mais esse caminho. Algumas vezes pensei em desistir, mas Deus sempre renovava minhas forças, assim como sempre faz em minha vida. Agradeço minha família que eu amo de paixão, obrigada por serem tudo para mim. Minha mãe sempre zelosa, Aos meus amigos, e claro, não podia deixar de agradecer em memória, meu velho e saudoso pai, que já se foi fisicamente há dois anos, mas que vive aqui dentro do meu peito todos os dias. Minha alegria era sua alegria, e sei que tudo que sou hoje devo ao seu carinho e amor.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1. O Currículo escolar de 1º grau	2
2. O Currículo escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	4
3. O currículo escolar, diversidade e a formação humana.....	5
4. O Currículo escolar e a participação coletiva.....	8
5. Considerações finais.....	9
6. Referências Bibliográficas.....	11
7. Anexos.....	13
Projeto Político Pedagógico da.....	14
E.M. João Gualberto.....	14

RESUMO

Este trabalho apresenta questionamentos sobre o currículo escolar a partir da análise do PPP de uma escola pública. O currículo escolar como norteador da organização da escola foi analisado. Tal proposta teve como referencial o PPP na sua abordagem e na sua apresentação dentro do planejamento escolar. A reflexão sobre a concepção curricular nos aspectos relativos à diversidade, a participação coletiva e a contribuição do mesmo na formação do indivíduo foram evidenciados.

Palavras chaves: Currículo, diversidade, educação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é a análise do PPP de uma escola pública, Escola Municipal João Gualberto na cidade de Betim. O eixo de reflexão escolhido foi o currículo escolar. A importância do mesmo, sua organização e sua aplicação prática e pedagógica foram os aspectos preponderantes da análise empreendida.

O currículo escolar é um dos pilares norteadores na busca pela melhoria da educação. A atual realidade exige que o currículo esteja disposto de forma a atender as necessidades dos educados. Dessa forma, se tornar essencial para a formação do indivíduo, pois o currículo se apresenta como norteador entre as diversas formas de cultura.

A importância do currículo escolar pode ser compreendida a partir da definição que diz que: [...] “o currículo é uma manifestação deliberada da cultura via escola, cuja essência consiste no entrelaçamento do desvelar da história do eu individual com o desvelar da história do eu coletivo, é um ato de ir e vir.” (DOMINGUES, 1989, p.12)

Percebemos assim que o currículo se apresenta como propulsor de possibilidades, que se aplicadas de uma forma satisfatória auxiliará constantemente na aprendizagem, seja ela do educando ou educador. Nesse contexto, a escola será a direcionadora entre a aplicação dos múltiplos saberes, permitindo assim as mais diversas possibilidades de aprendizado. Vejamos então uma concepção geral de currículo:

Currículo: Pode ser entendido como os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização (SANTOS e PARAÍSO, 2010, p.1).

Partindo deste princípio, o objetivo deste trabalho é analisar como foi apresentado o currículo no PPP da unidade escolar em questão. As perguntas feitas

foram: qual a função do currículo dentro da escola analisada e as possibilidades que poderiam auxiliar nessa prática pedagógica?

1. O Currículo escolar de 1º grau

Após percebermos a necessidade de se trabalhar e entender a importância do currículo, vejamos então como ele está apresentado dentro do PPP da unidade escolar referendada acima.

A unidade escolar em questão faz parte da Rede Municipal de Betim, a mesma tem como base curricular os parâmetros apresentados pelo Regimento da Rede Municipal de Ensino de Betim e a Lei nº 9.394/96, artigo 26, na qual prevê os conteúdos da Base Nacional Comum, complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (PPP – E.M João Gualberto, 2010). Vejamos abaixo a divisão da base nacional comum explicitada no PPP da E. M João Gualberto:

Base Nacional Comum	Parte Diversificada
<ul style="list-style-type: none"> - Língua Portuguesa; - Arte; - Educação Física; - História; - Geografia; - Ciências; - Matemática; - Ensino Religioso 	<ul style="list-style-type: none"> - Inglês

Fonte: PPP E.M João Gualberto, 2010

Analisando o currículo proposto, podemos verificar que o mesmo se apresenta dentro das exigências mínimas de nossa legislação. A idéia principal que se refere à Lei nº 9.394/96 de que todos precisam adquirir as mesmas bases comuns, fazendo com

que assim não existam, ainda que involuntariamente, atitudes excludentes, o direito a educação seja para todos, onde sua aplicação não esteja voltada apenas para um determinado grupo.

A partir dessa realidade, não é permissível e aceitável que exista no ambiente escolar, diferenças raciais, de sexo ou posição social. DOMINGUES, 1989, ressalta:

[...] No ambiente escolar, não deve existir tais diferenças, cada um tem o livre direito de pensar, pois a escola é um encontro de cultura e o currículo passa a ser então objeto de estudo e possibilidades, se tornando um instrumento democrático. (DOMINGUES, 1989 p.8)

Partindo deste princípio democrático de currículo, vejamos o que se refere à Lei 9.394/96:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (LDB 9.394/96).

A partir dessas informações, o currículo da escola João Gualberto se apresenta em seu contexto principal focado primeiramente no currículo oficial, implantando a proposta curricular do Regimento da Rede Municipal de Betim, da qual a escola pertence. Vejamos como se apresenta o currículo oficial:

[...] O currículo oficial é aquele que foi planejado oficialmente para ser trabalhado nas diferentes disciplinas e séries de um curso, constando na Proposta Curricular do Estado e nas Propostas Curriculares das Secretarias de Educação ou nos livros didáticos elaborados a partir destas propostas. (SANTOS e PARAÍSO, 2010 p.1)

Afirmamos então que o PPP analisado tem seu embasamento curricular dentro das propostas pedagógicas apresentadas na legislação e regimento municipal, porém é certo que na prática pedagógica diária também são executadas novas propostas, que junto com o currículo oficial auxiliam no desenrolar das atividades diárias.

A análise realizada constatou que o currículo escolar da referida unidade também englobava o currículo formal, pois o regimento escolar oferece uma base curricular a

ser trabalhada. O entendimento de “[...] currículo formal é aquele que abrange todas as atividades e conteúdos planejados para serem trabalhados na sala de aula e que o mesmo faz parte do currículo oficial”. (SANTOS e PARAÍSO, 2010 p. 2). Porém, dentro da necessidade e realidade local, o mesmo se apresentou em suas várias formas ainda que não estivesse explicitado no PPP.

Percebe-se então que as práticas pedagógicas desenvolvidas passaram a se encaixar dentro da necessidade escolar, sendo elaborada por aqueles envolvidos de forma a facilitar o aprendizado mútuo.

2. O Currículo escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A legislação vigente alega que todos devem então ter por direito os conhecimentos mínimos para sua formação enquanto cidadãos, respeitando as diferentes realidades e regiões, mas dentro de cada uma não se utilizando de meios excludentes. Nesse sentido, garantir o direito mínimo à educação, até mesmo para aqueles que em tempo hábil não tiveram a possibilidade de concluir seus estudos assim como ressalta a Lei 9.394/96. Percebemos então que no PPP da unidade escolar também estava exposto o currículo a ser trabalhado na EJA, modalidade de ensino que a unidade oferece no turno da noite.

Para a educação de Jovens e Adultos (EJA), também são seguidos os parâmetros nacionais apresentados na Lei 9.394/96, nos quais compreendem também a Base Nacional Comum. Assim, todos num âmbito geral terão igualmente os aprendizados mínimos apresentados de acordo com o ciclo ou curso proposto.

Novamente, nos deparamos com a não evidência das práticas pedagógicas diárias mencionadas no PPP com o foco na EJA. Assim, como no ensino regular existem práticas cotidianas que não foram aludidas. As peculiaridades da EJA mesmo não expressas no PPP estavam presentes no cotidiano da escola voltado para as necessidades desses grupos.

A Educação de Jovens e Adultos tem a finalidade de resgatar um tempo, em que por algum motivo, os adultos ou até mesmo os jovens, não puderam estar numa sala de aula para concluir os estudos. O objetivo é incluí-los no contexto sociocultural e econômico e

contribuir para que uma parte desses alunos possa conseguir qualificação e crescimento profissional, a fim de atuar no mercado de trabalho. (SILVA e LOPES, 2010 p 5).

Existem aqueles que procuram por qualificação profissional, e aqueles que outrora não tiveram a possibilidade de concluir os estudos. De uma forma geral, as práticas pedagógicas no ensino da EJA visam resgatar a autoestima, a interação, a igualdade e o prazer pelo aprender, independente de qual seja a idade do educando.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (LDB, 9394/96).

Partindo dessa necessidade de se apropriar as práticas pedagógicas do aluno do EJA, são ofertadas atividades que interajam com tais necessidades, buscando sempre a motivação dos envolvidos nesse processo. No ano de 2008, por exemplo, foi trabalhado com os educandos do 1º segmento a elaboração de um livreto, que posteriormente foi impresso e distribuído em pequeno número, contando as experiências de vida de cada aluno. Alguns relatavam as dificuldades que os levaram a abandonar os estudos na idade escolar, e outros apresentavam a grande satisfação em retornar aos estudos após anos de abandono.

Essas práticas não foram expostas no PPP do referido ano e também não estão presentes no instrumento analisado. Apresenta-se aqui um dos pontos fracos na elaboração do currículo escolar. Tais práticas poderiam ser apresentadas como projeto anual e auxiliar na prática pedagógica. Temas como afetividade, sexualidade, socialização, poderiam enriquecer as práticas diárias.

3. O currículo escolar, diversidade e a formação humana

Nosso instrumento de análise ressalta que o currículo passa a ter também a função de formação, não se resume apenas aos conteúdos programados e através das práticas pedagógicas diárias. O currículo escolar também possibilita que se constate que é possível somar valores, que podem ser aplicados na formação cidadã dos indivíduos presentes no processo educacional.

O currículo precisa então ser proposto de uma forma que a diversidade presente dentro do ambiente escolar seja respeitada e os conteúdos trabalhados, ainda que não estejam explicitamente expostos, auxiliem nessa prática pedagógica. Quando falamos então de conteúdos não explícitos. Percebemos que o currículo escolar analisado a partir do PPP, possui em seu contexto a aplicação de práticas pedagógicas não explicitadas no mesmo. Percebe-se a partir daí a utilização do que conhecemos por currículo oculto. O currículo oculto, segundo SANTOS e PARAÍSO, (2010), é constituído de práticas e de mensagens não explícitas, porém com significado de normas e valores implícitos nas atividades escolares. Nesse sentido, o currículo oculto apesar de não mencionado pelos professores ou não intencionalmente buscados por eles, constituem as práticas escolares.

A partir deste princípio, podemos ressaltar que tais práticas que trazem as manifestações do currículo oculto são permeadas no âmbito escolar. Temos como exemplo, a discussão de sexualidade dentro do ambiente escolar. O referido tema é apresentado dentro das disciplinas biológicas, no entanto poderia ter uma interlocução com outras instâncias do entorno da escola. Assim, o estudo da sexualidade poderia ser sobre temas como, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e afins. Contudo, o PPP da escola não deu visibilidade a essa prática pedagógica já presente na escola, que envolve a outros autores no seu processo educativo.

Essa lacuna no PPP sobre o tema sexualidade também deixou fora de análise a questão da diversidade, entendemos que esse é um grande desafio e é preciso entender como a diversidade se apresenta dentro da escola. Como é entendido diversidade dentro do ambiente escolar? Nosso instrumento de análise não apresentou nenhuma concepção de diversidade e isso deixou em evidência os pontos fracos do mesmo. Nossa análise nos direcionou pela necessidade de que esses temas fossem abordados no PPP, pois, com a sua apresentação a discussão seria mais rica. O

entendimento de diversidade pode ser visto a partir de “[...] diversidade tem a concepção de que é a norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são diversos em suas formas de perceber o mundo”. (LIMA, 2008 p 20).

Partindo deste princípio, entendemos que diversidade é todas as diferenças presentes dentro do ambiente escolar. No entanto, é preciso entender essas diferenças, como a cultura que existe em cada indivíduo, suas crenças, sua linguagem, raça, sexo e também, os aspectos sociais que permeiam a vida desses sujeitos do âmbito escolar. (GOMES, 2008).

Deparamos-nos então com a necessidade de trabalhar coletivamente, com o objetivo de não praticar atos excludentes. Como a escola poderia então estar preparada para tais questões? Como a unidade escolar em questão elaboraria seus projetos inerentes a essas necessidades?

Na prática, quando nos referimos à unidade escolar em questão, temas como diversidades são aplicados basicamente em todas as áreas do conhecimento. Assuntos como respeito ao próximo, afetividade, igualdade, direitos e deveres se fazem presentes e essenciais (GOMES, 2008).

É preciso estar atento a essas necessidades para que a escola seja também, local de formação e valorização das práticas adquiridas com as experiências vividas. Podemos ressaltar que a preocupação não é somente com indivíduos técnicos, assim como ressalta o trecho do PPP analisado:

Sabemos da necessidade de não se ensinar apenas para o mundo do trabalho de uma forma técnica e sistêmica, portanto, é essencial que se aplique também práticas educacionais que atendam ao artigo 27 da Lei 9.394/96, que ressalta a importância de se incluir valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática (PPP E.M João Gualberto, 2010).

O currículo, não pode ser então, apenas uma prática sistematizada, ele deve permitir ao educando a vivência e diversidades culturais que são vividas constantemente no ambiente escolar, assim como o mesmo deve permitir que as pessoas sejam capazes de entender seu papel na sociedade.

Partindo desse princípio, entendemos o currículo com norteador da formação do indivíduo enquanto cidadão, enquanto ser humano. O educando e educador passam a estar diretamente ligados ao processo de formação, cada um dentro de suas práticas vividas para estar inserido, de uma forma direta ou indireta nesse processo de formação. Podemos então ressaltar que é preciso se aplicar um currículo dentro do contexto de relevância.

Segundo Moreira e Candau, (2008), a relevância do currículo sugere conhecimentos e experiências que contribuam para formar sujeitos autônomos, críticos e criativos. O papel das escolas nesse sentido, seria de analisar como as coisas passaram a ser o que são e como fazer para que elas sejam diferentes do que hoje são.

4. O Currículo escolar e a participação coletiva

A partir de nossas indagações e pautadas nas concepções de currículo expressas por GOMES, (2010), podemos confirmar a importância do currículo escolar no processo educacional, e que o mesmo é um instrumento de direito a educação. Nesse aspecto, ressalta a necessidade de analisar e repensar os currículos escolares e enquadrá-los dentro das novas perspectivas da educação e das mudanças nas quais vivemos atualmente.

Nesse contexto é preciso também, entender os sujeitos da ação pedagógica e o papel de cada um dentro dessa ação. E esses sujeitos podem ser definidos como os educandos, os educadores e aqueles demais envolvidos nas ações pedagógicas.

Dentro desse conceito, o PPP analisado adverte que a busca para atingir as metas propostas é feita através de planejamentos e coletivos ou individuais, a partir das necessidades apresentadas.

Todavia, alguns questionamentos ainda perduram: Essa é uma prática de análise do currículo escolar que tem dado certo? Com qual frequência tais projetos e planejamentos são realizados?

É certo que novamente nos deparamos com algumas lacunas que poderiam ser preenchidas e apresentadas dentro do PPP, facilitando assim a organização, e até

mesmo a avaliação das práticas pedagógicas apresentadas. A forma como cada tema é abordado no PPP reflete os impasses vividos na escola. Como os educando estão sendo apresentados dentro desse processo?

Segundo GOMES, (2010), os educandos são considerados os sujeitos centrais da ação pedagógica, são condicionados pelos conhecimentos que deverão aprender através das lógicas e tempos pré-definidos em que terão que aprendê-los.

Passa então a existir aqui a necessidade de se repensar se o currículo escolar proposto tem se apresentado dentro dos princípios democráticos da educação, e como norteador e propulsor da busca pela melhoria na qualidade da mesma. Segundo LIMA, (2008), um currículo que se pretende democrático deve visar à humanização de todos e ser desenhado a partir do que não está acessível às pessoas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O currículo escolar se apresenta como pilar norteador à formação do cidadão, e essa humanização se refere ao desenvolvimento do indivíduo, e o educador realiza o papel de intermediador entre os conhecimentos a serem aplicados e os aprendidos. É preciso pensar então na concepção do currículo e na diversidade do mesmo. O direito a educação sugere então que o currículo se apresente na forma de pilar norteador para a busca da melhoria da educação, de gestões mais democráticas e assim, maior igualdade e qualidade de ensino, seja na educação infantil, no ensino fundamental ou na Educação de Jovens e Adultos.

É preciso refletir coletivamente como o currículo escolar se apresenta no PPP em questão. No âmbito da escola nós precisaremos estar atentos às práticas do currículo oculto e auxiliar para a análise das mesmas. Em relação aos conhecimentos da base comum será importante também constatar como estão sendo dispostas e avaliadas, a que área do conhecimento pertence e como podem ser aprimoradas.

O PPP não pode ser apenas um instrumento de gaveta, esse deve ser revisto com frequência, dentro das possibilidades, permitindo assim uma maior interação e adequação à realidade apresentada.

O currículo escolar deve sempre estar voltado para as necessidades dos indivíduos daquela realidade.

Nesse aspecto, será imprescindível levar em consideração as diversidades apresentadas e a bagagem cultural que cada aluno possui.

Diante de todas as concepções de currículo apresentadas neste trabalho, ressalto ainda que, o currículo possui dentro de suas aplicações, a função norteadora de interagir com o educando e educador, esses, seres importantes no processo educacional. O primeiro obtendo educação por direito e o segundo como intermediador desse direito, aprendendo a cada dia com o multiculturalismo que o currículo apresenta (GOMES, 2010).

Rever a forma como currículo é apresentado dentro do PPP pode permitir o entendimento mais claro do mesmo, é necessário expor as práticas ali presentes e não oriundas de regimentos escolares pré-definidos. Não digo aqui, que o presente instrumento precisa fugir do que é oficial ou formal, digo apenas que ao explicitar e expor de forma mais claras as práticas cotidianas, poderá auxiliar ainda mais na construção coletiva de saberes. A análise do PPP nos permitirá sempre uma revisão constante daquilo que é bom e aproveitável e aquilo que pode não ser de tão grande valia para o processo educacional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL: *Lei 9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: www.planalto.gov.br/.../L9394.htm. Acesso em 20/08/2010.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira (et al) - *Indagações Sobre Currículo – Currículo e Avaliação*. Secretaria de Educação Básica, Brasília 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf> . Último acesso em 07 de abril de 2011.

DOMINGUES, José Luiz. A função social da escola de 1º grau - os conteúdos significativos. IN: MEC - Currículo da escola de 1º grau - Falas e debates. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002409.pdf>. Acessado em 13 de abril de 2011.

GOMES, Alfredo (et al) – *Sala Fundamentos do Direito a Educação – Unidade II – Conhecimento, Cultura e Currículo Escolar*. Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/unir/file.php/1/gestores/direito/u2_pg2.htm - Último acesso em 07 de abril de 2011.

GOMES, Nilma Lino (et al) - *Indagações Sobre Currículo – Diversidade e Currículo*. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000373.pdf> Último acesso em 07 de abril de 2011.

LIMA, Elvira Souza (et al) – *Indagações Sobre Currículo – Currículo e Desenvolvimento Humano*. Secretaria de Educação Básica, Brasília 2008. Disponível em: http://www.educacao.es.gov.br/download/SEDU_Curriculo_Basico_Escola_Estadual.pdf Último acesso em 07 de abril de 2011.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA – *Currículo da Escola de 1º grau – Falas e Debates* – Brasília 1989. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002409.pdf> - Último acesso em 07 de abril de 2011.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - *Parâmetros Curriculares Nacionais – Introdução – volume 1* – Brasília 2001

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO – *Parâmetros Curriculares Nacionais 5ª a 8ª séries – Temas Transversais* – Brasília 1998

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (et al) - *Indagações Sobre Currículo – Conhecimento e Cultura*. Secretaria de Educação Básica, Brasília 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Último acesso em 07 de abril de 2011.

SANTOS, Lucíola Licínio Paixão & PARAISO, Marlucy Alves (1996). Currículo. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte. v.2,n.7

SILVA, Gicélia da e LOPES, Jurema Rosa. *A Educação de Jovens e Adultos e o Mercado de Trabalho* – Disponível em http://www.seeja.com.br/Trabalhos/22%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Trabalho/Gicelia%20Silva%20e%20Jurema%20Lopes%20e%20Silvania%20Silva%20e%20Vaniasilva_AEJAeMercadodeTrabalho.pdf – Último acesso em 14 de abril de 2011.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al), *Níveis do planejamento educacional*. Disponível em HTTP://escoladegestores.mec.gov.br/site/8biblioteca/pdf/educa%C3%A7%C3%A3o_texto1.pdf - Último acesso em 20 de agosto de 2010.

PPP- Escola Municipal João Gualberto. *Projeto Político Pedagógico* — Betim, 2010.

7. ANEXOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
E.M. JOÃO GUALBERTO**

BELO HORIZONTE

2010

CLEIDIANE SOUSA QUIRINO
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA
E.M JOÃO GUALBERTO

Trabalho acadêmico apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Escolar, promovido pela Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Administração Escolar.
Professora Orientadora: Gláucia de Fátima Silva

BELO HORIZONTE
2010

E.M. JOÃO GUALBERTO
Rua Cambuci, nº 29,
Bairro Jardim Teresópolis, Betim – MG
Fone: 3591-3323

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

BELO HORIZONTE
2010

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1 HISTÓRICO	18
2. FINALIDADES DA ESCOLA	19
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	20
3.1 RECURSOS FÍSICOS	20
3.2 RECURSOS HUMANOS	20
3.4 RECURSOS PEDAGÓGICOS	22
4. CURRÍCULO	22
5. TEMPO ESCOLAR	24
6. PROCESSO DE DECISÃO	25
7. RELAÇÕES DE TRABALHO	26
8. AVALIAÇÃO	27
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

1. INTRODUÇÃO

Partindo das necessidades encontradas no cotidiano escolar e na grande complexidade que permeia a educação, acredita-se na necessidade de se elaborar um Projeto Político Pedagógico, que seja o ponto de partida para a prática de uma gestão democrática, em termos, o pilar para se buscar verdadeiramente a escola que queremos, construindo-a de uma forma coletiva e para todos, ressaltando as possíveis dificuldades, mas também apresentando possíveis soluções e discussões que possam auxiliar na melhoria da qualidade da educação.

A aplicação de processos educacionais torna-se necessário para a prática escolar. Aprimorar as práticas pedagógicas se faz necessário para a busca de uma educação, de uma escola como queremos, e que, no mínimo promova aos educandos, uma educação de qualidade para sua formação como indivíduo. Não basta somente elaborar, mas buscar formas concretas de aplicar, de forma que os resultados esperados estejam no mínimo dentro do necessário.

Partindo do princípio de gestão democrática apresentados em nossa legislação, os processos educacionais devem ser elaborados pelo conjunto de pessoas envolvidas no cotidiano escolar, gestores, docentes, discentes e comunidade escolar, podendo assim, estar mais próximo das necessidades e realidades de cada instituição.

Segundo Calazans (1990), “O planejamento educacional é um ato de intervenção técnica e política” (ver em: (<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>), portanto, a construção do PPP se torna um dos pontos de planejamento e intervenção educacional. **Diante disto, o presente documento foi elaborado para auxiliar na construção de uma prática pedagógica dentro das necessidades reais da instituição.**

1.1 HISTÓRICO

O presente documento se refere à Escola Municipal João Gualberto, estabelecimento oficial, criada pela Lei Municipal nº1980/90 de 11/06/1990, localizada a Rua Cambuci, nº 29, bairro Jardim Teresópolis, Betim, Minas Gerais.

A escola é uma unidade da Secretaria Municipal de Educação (Semed), integrando o Sistema Nacional de Ensino.

A unidade escolar funciona em 03 (três) turnos e oferece o ensino fundamental na modalidade regular 1º, 2º e 3º ciclos e ensino de jovens e adultos (EJA). Sendo que a escola ainda atende alguns alunos portadores de necessidades especiais, mas o que não a caracteriza como unidade de educação especial. **Paralelamente ao ensino regular e EJA, também funcionam projetos tais como,** Escola da Gente, Escola Aberta, Projeto Fica Vivo, Árvore da Vida e Pro-Jovem Urbano. A comunidade atendida é oriunda do mesmo bairro, tendo alguns alunos de bairros que fazem divisa com o bairro de localização da escola.

Suas características físicas a classificam como uma escola de grande porte. Possui banheiros femininos e masculinos, dezessete salas de aula, laboratório, auditório, cantina e refeitório, biblioteca, duas quadras, uma coberta e outra não. O prédio é do ano de 1991, mas houve uma reforma nos banheiros masculinos e femininos no ano de 2010. Algumas estruturas físicas precisam de uma reforma, para melhores condições de uso. Mas o uso de todas as dependências tem oferecido condições de utilização.

O espaço físico é aberto à comunidade, se tornando referência como local de discussão e encontros, aprendizado e interação entre os membros de toda a comunidade escolar.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

Após vários estudos sobre práticas pedagógicas, percebemos a grande necessidade de se melhorar a educação, mas de forma que, os princípios de uma gestão democrática sejam aplicados constantemente dentro da prática escolar.

Nossa legislação nos remete a conciliar os eixos que permeiam a educação no processo de formação humana, um exemplo disso está presente no artigo 1º da Lei de Diretrizes Básicas (LDB) que diz que, "(...) a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas

manifestações culturais”, e no seu inciso 2º do mesmo artigo, “(...) a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e prática social.”

Partindo destes princípios, a escola tem por finalidade atender aos alunos do ciclo básico de ensino 1º, 2º e 3º ciclos (ensino fundamental) e aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tem por objetivo promover um ambiente onde o indivíduo possa adquirir conhecimentos não somente teóricos, mas também conteúdos práticos que auxiliem na sua formação humana, proporcionando aos mesmos o conhecimento formal, mas também, conhecimento que servirão de base para a formação de um cidadão participativo na sociedade. Buscando atender a legislação em vigor, LDB, Constituição Federal e afins, que prezam pela igualdade e permanência na escola, liberdade para aprender e ensinar, o pluralismo de idéias, o direito a educação como pontos essenciais para a formação humana e preparo para o exercício da cidadania.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1 RECURSOS FÍSICOS

As características físicas da instituição a classificam como uma escola de grande porte. Suas instalações são divididas em: dois banheiros de alunos, um feminino e um masculino, dois banheiros para professores, feminino e masculino, uma sala de vídeo (auditório), um laboratório, uma biblioteca, sala de professores, secretaria, sala da direção, refeitório, uma cantina com dispensa para alimentos, dezessete salas de aulas, duas quadras sendo uma coberta, sala das pedagogas, depósito de materiais de limpeza, um banheiro das agentes.

3.2 RECURSOS HUMANOS

Professores em exercícios:

A unidade escolar conta com um efetivo de 55 professores, divididos entres: 28 profissionais PII e 27 PI.

Profissionais Técnicos Administrativos:

Fazem parte do grupo de funcionários: 8 técnicos de secretaria, sendo 4 no turno da manhã, 2 no turno da tarde e dois no turno da noite;

Uma secretária, que intercala seus horários de trabalho para atender a todos os turnos da escola; 4 bibliotecárias, sendo 1 no turno da manhã, 2 no turno da tarde e 1 no turno da noite;

Compõem ainda, o quadro de funcionários administrativos, 7 pedagogas, sendo 3 no turno da manhã, 3 no turno da tarde e 1 no turno da noite; e 14 Agentes de Serviços Escolares efetivas, e 5 terceirizadas.

Outros profissionais:

Compondo o grupo de profissionais que apóiam as atividades docentes, contamos ainda com 8 estagiários, divididos entre: 2 no turno da manhã, 5 no turno da tarde e 1 no turno da noite.

Número de turmas:

No turno da manhã, são dezesseis turmas, divididas entre: uma turma do 1º ano do 2º ciclo (9 anos), uma turma do 2º ano do 2º (10 anos), três turmas do 1º ano do 3º ciclo (11 anos), quatro turmas do 2º do 3º ciclo (12 anos), quatro turmas do 1º ano do 4º ciclo (13 anos) e três turmas do 2º ano do 4º ciclo (14 anos).

No turno da tarde, são dezessete turmas, divididas entre: quatro turmas do 1º ano do 1º ciclo (6 anos), três turmas do 2º ano do 1º ciclo (7 anos), quatro turmas do 3º ano do 1º ciclo (8 anos), três turmas do 1º ano do 2º ciclo (9 anos), três turmas do 2º ano do 2º ciclo (10 anos).

No turno da noite, são oito turmas na modalidade de educação de jovens e adultos, sendo estas divididas entre: três turmas do 1º segmento (presencial não formal), uma turma do 1º período do segundo segmento, uma turma do 2º período do segundo segmento, duas turmas do 3º período do 2º segmento, uma turma do 4º período do segundo segmento, uma turma de alunos matriculados por disciplina do segundo segmento.

A escola atende ainda aos alunos do Pro Jovem, e Projeto Árvore da Vida, são mais 5 turmas do Pro Jovem no turno da noite e 4 turmas do projeto Árvore da Vida. Somando aproximadamente mais 200 alunos atendidos na instituição, todavia a escola oferece apenas o espaço físico para o funcionamento.

Número de alunos:

No turno da manhã são 526 alunos, divididos em: 135 alunos no 1º ano do 4º ciclo (13 anos), 104 alunos do 2º ano do 4º ciclo (14 anos), 107 alunos do 1º ano do 3º ciclo (11 anos), 115 alunos do 2º ano do 3º ciclo (12 anos), 32 alunos do 1º ano do 2º ciclo e 34 alunos do 2º ano do 2º ciclo.

No turno da tarde, são 502 alunos divididos entre: 91 alunos do 1º ano do 1º ciclo (6 anos), 93 alunos do 2º do 1º ciclo (7 anos), 119 alunos do 3º ano do 1º ciclo (8 anos), 94 alunos do 1º ano do 2º ciclo (9 anos) e 105 alunos do 2º ano do 2º ciclo (10 anos).

No turno da noite, são 179 alunos divididos entre: 71 alunos do 1º segmento, 11 alunos 2º segmento, matriculados por disciplina, 23 alunos do 1º período do 2º segmento, 09 alunos do 2º período do 2º segmento, 30 alunos do 3º período do 2º segmento e 35 alunos do 4º período do 2º segmento.

Total de alunos na escola 1207.

3.4 RECURSOS PEDAGÓGICOS

Os planejamentos dos conteúdos são feitos através das metas curriculares da Rede Municipal de Betim. Contudo, elaboramos projetos e atividades em que os conteúdos sejam trabalhados numa perspectiva interdisciplinar. Esse planejamento é revisto sempre que necessário, nos momentos de estudos dos profissionais envolvidos na prática pedagógica, de forma a preservar a participação e elaboração coletiva de propostas educacionais.

4. CURRÍCULO

Quando falamos em currículo, precisamos entender o seu significado, quais suas aplicações, os diversificados tipos de currículos e suas perspectivas dentro da prática pedagógica.

O currículo pode nos ser apresentado como conteúdos a serem ensinados ou aprendidos, ou como conteúdos para uma formação técnica, cultural ou para a formação humana, todavia, o currículo pode compreender estratégias que não estejam explicitamente expostas em um planejamento escolar. Dentro desse contexto, temos, por exemplo, o currículo oculto, que pode ser aplicado de forma paralela ao currículo formal, que na maioria das vezes, é o currículo utilizado e proposto pelas secretarias de educação para as unidades escolares que pertencem ao sistema.

Como a unidade escolar a qual se refere este presente instrumento faz parte da Rede Municipal de Betim, a mesma tem como base curricular os parâmetros apresentados pelo Regimento da Rede Municipal de Betim e na Lei nº 9.394/96 artigo 26, na qual prevê os conteúdos da Base Nacional Comum, complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição (Lei 9.394), no caso da unidade escolar apresentada, a partir do 1º ano do 3º ciclo.

Conteúdos da Base Nacional Comum e Parte Diversificada aplicados dentro da unidade escolar:

Base Nacional Comum	Parte Diversificada
<ul style="list-style-type: none"> - Língua Portuguesa; - Arte; - Educação Física; - História; - Geografia; - Ciências; - Matemática; 	<ul style="list-style-type: none"> - Inglês

- Ensino Religioso	
--------------------	--

Fonte: Cleidiane Quirino, 2010

Para a educação de Jovens e Adultos (EJA), também são seguidos os parâmetros nacionais apresentados na Lei 9.394/96, nos quais compreendem também a Base Nacional Comum.

Todavia, o currículo não se resume apenas a conteúdos programados, o mesmo passa a ter uma função também de formação, afinal, através das práticas pedagógicas diárias, é possível se somar valores que podem ser aplicados na formação cidadã dos indivíduos presentes neste processo educacional.

Sabemos da necessidade de não se ensinar apenas para o mundo do trabalho de uma forma técnica e sistêmica, portanto, é essencial que se aplique também práticas educacionais que atendam ao artigo 27 da Lei 9.394/96, que ressalta a importância de se incluir valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.

5. TEMPO ESCOLAR

O tempo escolar pode ser caracterizado como “(...) o tempo que a escola e a comunidade escolar destinam para a realização de suas atividades educativas (...)” (Inep/ thesaurus), podendo esse, ser dividido entre tempo formal e tempo institucionalizado. Portanto, existe sim um tempo escolar formal e institucionalizado e existem por trás dele outras temporalidades que incidem/entrelaçam a este formal: temporalidades docentes; tempos de projetos, tempo do gestor que muitas vezes não coincidi ou é só aquele tempo formal.

Partindo deste pressuposto podemos entender que o tempo escolar pode se referir a quantidade de dias, ou horas aplicadas às práticas educacionais. Dentro desse contexto, assim como no currículo, por pertencer a um sistema educacional, o tempo escolar será definido de acordo com as leis pertinentes e normatizadoras de nossa legislação e normas estabelecidas pelo Sistema Municipal de Ensino de Betim, obedecendo à carga horária mínima a anual de oitocentas horas, distribuídas por um

mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver e de 4 horas efetivas de trabalho em sala de aula (Lei 9.394/96).

Dentro dessa perspectiva, estão incluídos os programas de recuperação paralela, o atendimento a pequenos grupos, os horários de estudo, sendo os mesmos definidos dentro da realidade e necessidade da unidade escolar.

Estão incluídas também dentro desse tempo escolar, as reuniões de colegiados, realizadas no mínimo a cada dois meses ou quando se faz necessário, e as reuniões de pais, realizada a cada dois meses, ou de acordo com a necessidade de cada turma.

Os planejamentos individuais são realizados por cada profissional dentro do seu horário de estudo, sendo este uma vez por semana, e supervisionado pela coordenação pedagógica. Por outro lado o planejamento pedagógico é realizado no início do ano, e posteriormente revisado no fim de cada mês em reuniões realizadas fora do horário formal e institucionalizado. Este tempo, muitas vezes não contabilizado, é que fazem com que a escola cumpra seus objetivos pedagógicos formais.

6. PROCESSO DE DECISÃO

Não se pode falar em processo de decisão e não remetermos a gestão democrática, que ressalta a necessidade de participação de todos aqueles envolvidos na prática escolar e nos processos decisórios na busca pela melhora da qualidade da educação. A gestão democrática precisa abrir o espaço escolar para aqueles que atuam nesse processo, promovendo assim uma série de mudanças e atitudes que valorizam e reconhecem o papel social de cada indivíduo inserido nesse processo.

Partindo deste contexto, está presente na unidade escolar, o Colegiado e o Conselho Pedagógico que auxiliam nas tomadas de decisões, permitindo assim uma realidade mais próxima de uma gestão democrática e participativa.

Sobre o Colegiado, podemos ressaltar a importância do mesmo, que tem por objetivo promover a integração da escola com a comunidade escolar, e criar condições que favoreçam a autonomia pedagógica, administrativa e financeira da unidade de ensino (Regimento Semed), sendo os membros do colegiado eleitos anualmente no início do período letivo.

O Colegiado realiza suas funções consultivas e deliberativas, e voltam tais decisões para o aperfeiçoamento do processo ensino aprendizagem e melhoria da qualidade do trabalho escolar.

Sobre o Conselho Pedagógico, o mesmo coordena, delibera e avalia a ação educação, sendo o mesmo responsável por reunir os membros da comunidade escolar pra discutir assuntos gerais da prática escolar, no intuito de otimizar as relações educacionais.

Ambos os órgãos presentes na escola atuam efetivamente nos processos administrativos e pedagógicos, assim como a comunidade escolar e os profissionais, todos estes envolvidos na melhoria da qualidade do trabalho escolar.

A participação dos Conselhos Escolares faz com que a proposta de uma gestão democrática se torne cada vez mais presente dentro do cotidiano escolar, permitindo assim a eficácia nas tomadas de decisões, fazendo com que a escola utilize dos direitos adquiridos ao longo dos anos dentro de nossa legislação. Permitindo assim discussões e tomadas de decisões dentro das necessidades e especificidades de cada instituição e comunidade atendida.

A escola é um local de aprendizado em todos os seus atos, e os Conselhos Escolares e o Colegiado, atuam de forma a aperfeiçoar as diferenças e interações que ocorrem dentro desse espaço contínuo de vivências, culturas e formação.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

Aqui se faz necessário explicitar o que se entende como trabalho escolar, e para tanto se utiliza a compreensão de Oliveira (2002) que o concebe como a:

(...) forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos são divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características inerentes à forma como o trabalho é organizado. (...) organização escolar refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino é estruturado. Das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados, tudo seria matéria de organização escolar (OLIVEIRA, 2002, p. 131 e132).

Como citado no parágrafo acima, percebemos que as relações de trabalho, trabalho escolar e organização escolar se relacionam na prática e assim devem estar diretamente ligadas a construção, elaboração e aplicação do PPP. É preciso definir qual papel cada um possui dentro do processo educacional, permitindo assim, a cada um exercer suas funções dentro da prática escolar, e a atuação deve ser de acordo com as especificidades e necessidade de cada instituição.

A participação e atuação de todos na gestão democrática é de suma importância no desenvolvimento da gestão escolar, no entanto, na prática, percebe-se que alguns profissionais envolvidos, lançam mão desse papel e optam por se colocar a margem das decisões e discussões que permeiam tal processo. Enfim, é necessário que cada indivíduo assuma suas reais responsabilidades dentro do processo ao qual o mesmo está inserido, podendo assim, procurar, discutir, dialogar, e buscar ações que realmente façam diferença no processo de uma gestão democrática.

As relações de trabalho precisam ser pautadas dentro do respeito ao outro de forma que o ambiente escolar seja um espaço de interação, cultura e aprendizado em todas as esferas.

O grande dificultador nas relações de trabalho pode estar voltado à falta de interesse e interação entre partes que fazem papel essencial nos processos educacionais, podendo citar como exemplo a pouca participação familiar. Tais dificuldades podem se relacionar à forma como o trabalho escolar esta organizado, sobrecarga de trabalho dos profissionais envolvidos, entre outros fatores.

Partindo deste principio verificamos a real necessidade de se planejar e buscar meios que otimizem o trabalho escolar e conseqüentemente permita uma maior participação dos indivíduos envolvidos nesse processo de criação e gestão.

É preciso buscar alternativas para que haja mais participação das famílias e educadores, afinal, todos esses, são compostos por pilares que devem andar em sintonia e participação efetiva.

8. AVALIAÇÃO

Diante das grandes mudanças que permeiam a educação, percebemos a necessidade de se entender verdadeiramente os significados de avaliação. Sabemos

que quando abordamos o assunto avaliação, estamos diante de situações complexas dentro da prática educacional. Primeiramente é necessário entender quais os significados e para quais objetivos a mesma está presente na escola, se para fins qualitativos ou quantitativos, ou ambos os fins.

Analisando o papel atual que a educação assume na formação do indivíduo, entende-se que não se pode apenas buscar resultados matemáticos, quantitativos, mas deve-se analisar verdadeiramente o aprendizado que foi adquirido nas diferentes formas de se ensinar.

O processo avaliativo nos permite apontar o nível de aprendizagem, mas nos permite também verificar e analisar se as práticas adotadas têm oferecido bases para o conhecimento, tanto para a formação técnica quanto para a formação humana. A avaliação deve ser aplicada de forma abranger também os variados níveis da formação humana, caracterizando como instrumento de auxílio no processo educacional e formação do indivíduo. Os ciclos de formação humana, como forma de organização do ensino, com todos os princípios norteadores que os envolve, requer também formas de avaliar considerando o processo de ensino.

Partindo deste pressuposto, a proposta de avaliação adotada será a avaliação contínua e processual. Buscando mecanismos que possam diagnosticar as dificuldades e possibilidades, não somente dos educandos, mas de todos os envolvidos no processo educacional. Procurando promover a reflexão sobre as práticas educativas utilizadas e aprimorando as mesmas de acordo com as necessidades.

Avaliar o processo de construção democrática também é importante no processo de gestão democrática da escola, serve como mecanismo para tornar efetivo o sentido do PPP envolvendo o coletivo da escola. Assim serve como instrumento de análise.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL_____: **Lei 9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: www.planalto.gov.br/.../L9394.htm. Acesso em 20/08/2010.

CALAZANS, M. J.; GARCIA, W.; KUENZER, A. **Planejamento e educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1990.

INEP <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus> - acesso em 21 de agosto de 2010.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Documento Final do Conselho Municipal de Educação – CONAE**, 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 23-05 -2010.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços**. 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 05-08 -2010.

NAVARRO, Igenes Pinto. (et al). **Avaliação: o processo e o produto**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 24/05/2010

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Mudanças na gestão e na organização do trabalho na escola. In: Dalila Andrade Oliveira; Maria de Fátima Felix Rosar. (Org.). **Política e gestão da educação**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, v. 1, p. 125-144

OLIVEIRA, João Ferreira. (et al) **ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3147&advanced=0&paging=&page=1> – Último acesso em 04 de junho de 2010.

Secretaria Municipal Educação. **Regimento Rede Municipal de Betim 2001**.

Secretaria Municipal Educação. **Regimento Rede Municipal de Betim 2008**.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al), **Avaliação Institucional: A avaliação da escola como instituição**. Disponível em HTTP://escoladegestores.mec.gov.br/site/8biblioteca/pdf/educação_texto1.pdf - Último acesso em 20 de agosto de 2010.